

13 JAN 1987

Uma missão delicada Dinda Gf

O presidente do Banco Central, sr. Fernão Bracher, decidiu viajar aos Estados Unidos a fim de sondar a disposição dos credores do Brasil à proposta de uma renegociação da dívida externa. Sua visita a Washington e a Nova York tem dois objetivos: em primeiro lugar, na capital norte-americana, os responsáveis pelos organismos oficiais (Banco Mundial, FMI, BID) e as autoridades estadunidenses; em segundo lugar, em Nova York, os dirigentes dos bancos comerciais. Não se trata de iniciar, com esses últimos, a renegociação, mas sim de verificar qual é a reação da comunidade financeira internacional às propostas que se fazem às vésperas de uma nova política econômica.

É o caso de perguntar se o presidente do Banco Central escolheu o melhor momento, porquanto a nova política ainda não está claramente definida, e a tendência que se esboça no Executivo é transferir para o Congresso a responsabilidade de pronunciar-se sobre um fator essencial da nova orientação: a política salarial. Por outro lado, o sr. Fernão Bracher só poderá apresentar perspectivas imediatas muito ruins: forte retomada da inflação, queda das reservas internacionais, péssimo desempenho da balança comercial. Naturalmente, se neste quadro s.s.a. conseguir de-

tectar boa vontade da parte dos credores, poder-se-á dizer que terá motivos para demonstrar pontos positivos, pois nutre a esperança de que esses pontos altamente negativos desapareçam ou serão devidamente administrados.

O presidente do Banco Central começa pelo mais fácil: a visita aos dirigentes dos organismos internacionais e às autoridades norte-americanas. Não se sabe se o sr. Fernão Bracher será recebido pelo novo diretor-gerente do FMI, sr. Michel Camdessus, que assume suas funções no próximo dia 16. Se o for, terá uma boa acolhida, sabendo-se que o Brasil teve um grande papel na sua designação para suceder o sr. Jacques de Larosière. No FMI, o presidente do Banco Central terá de explicar a nova política brasileira, cujo teor desconhece, já que o CDE não tomou decisões, e demonstrar que a direção seguida é bem a que havia sido indicada um mês e meio antes. Nesta época, quando Bracher acompanhou o ministro Dílson Funaro em Washington, não se tinha idéia ainda da força com que a inflação voltaria, tampouco se havia decidido voltar à indexação, sistema que o próprio FMI — certamente numa atitude realista — nunca tinha tido a coragem de sugerir fosse extinto.

É provável que o presidente do

Banco Central peça ajuda do FMI (dentro dos mecanismos de compensação existentes no organismo internacional quando um país sofre queda de receitas por causa da baixa do preço das *commodities*). Não se trata de uma quantia importante, mas será simbólica, demonstrando que o Brasil não cortou as ligações com o fundo.

Nos seus contatos com o BID e o Banco Mundial, o presidente do Banco Central pedirá aumento dos financiamentos e deverá insistir para que esses organismos façam pressão sobre os bancos comerciais para realizar operações de co-financiamento. No ano passado, segundo as primeiras estimativas, o total líquido (desembolsos menos amortizações) das operações com esses organismos foi de 790 milhões de dólares, com previsão de apenas 496 milhões para o presente exercício.

O objetivo seria elevar esse valor para 1,5 bilhão. É um objetivo muito ambicioso.

Os contatos com as autoridades norte-americanas visam a preparar o clima para a negociação com o Clube de Paris, que se inicia no dia 19 de janeiro. Existe uma certa boa vontade, que o presidente do Banco Central quer confirmar — especialmente pensando nas suas conversações

com os dirigentes dos bancos comerciais norte-americanos. Com efeito, o Brasil deseja não apenas ter uma renegociação em bases plurianuais — que será difícil obter —, como também conseguir pelo menos três bilhões de dólares em *new money*, dos quais os bancos comerciais deveriam pelo menos oferecer a metade. Para isso, o Brasil procuraria obter esses novos recursos através de operações de co-financiamento com o Banco Mundial, o que representa uma garantia para os credores.

Sem a forte pressão dos governos e dos organismos internacionais, dificilmente o Brasil poderá obter tal ajuda diante da deterioração de nossa economia e do clima político. Para uma renegociação normal, admitia-se que seria suficiente um aval moral do FMI; agora, para obter novos recursos, os bancos credores exigirão provavelmente um monitoramento mais severo por parte do organismo internacional, fato que, politicamente, o Brasil não está preparado para aceitar.

O presidente do Banco Central está certamente consciente de que é muito cedo para iniciar um processo de renegociação, mas ao mesmo tempo sabe que o tempo urge, se não quisermos nos encontrar numa grande asfixia cambial.